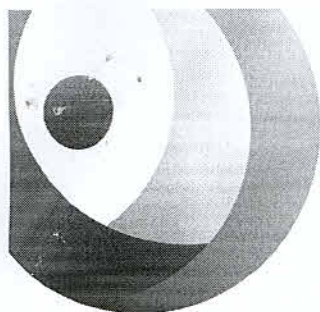




EMENDAS APOIADAS PELO FONACATE E ANADEP

Emenda nº 45/2019 – Militares

Autor: Professor Israel Batista (PV-DF)

Impede que seja facultado o aproveitamento de militares da reserva em funções civis.

Resumo: Suprime dispositivo estranho ao teor da PEC. Impede que tema sem relação com a Previdência, como aproveitamento de militares da reserva em funções civis, seja constitucionalizado.

Emenda nº 46/2019 – Idades Mínimas/Aumento da expectativa de vida/Desconstitucionalização/ Entidade privada de previdência/Equilíbrio

Autor: Valtenir Pereira (MDB-MT)

Impede a desconstitucionalização do direito fundamental à aposentadoria.

Resumo: Mantém na CF parâmetros sobre idade mínima, tempo de contribuição e regras de cálculo de benefícios. O objetivo é impedir que se altere facilmente as principais regras previdenciárias, através de quórum reduzido(lei complementar)

Emenda nº 47/2019 – Pensão por morte + acúmulo de benefícios Autor: André Figueiredo (PDT-CE)

Aplica cota familiar apenas em valores acima do teto do Regime Geral (R\$ 5.839,45), tanto para pensão, como para o acúmulo com aposentadoria.

Resumo: Estabelece a redução do benefício mantendo as condições salariais mínimas para os aposentados e pensionistas. O objetivo é preservar os benefícios dos mais vulneráveis, aqueles que recebem até o teto do Regime Geral.

Emenda nº 48/2019 – Invalidez permanente

Autor: Léo Moraes (PODE-RO)

Assegura proventos integrais a servidores acometidos por invalidez permanente, incluindo doença grave.

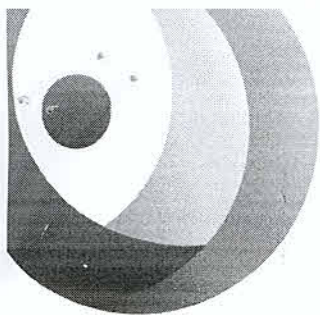
Resumo: Muitos aposentados por invalidez não fazem jus ao benefício integral por sua incapacidade não estar no rol previsto na legislação. O objetivo é conceder o benefício integral para aposentadoria por invalidez permanente, independente do motivo da incapacidade.

Emenda nº 49/2019 – Abono de permanência

Autor: Lincoln Portela (PR-MG)

Preserva as regras atuais do abono de permanência.

Resumo: Mantém o direito ao abono de permanência na sua integralidade para todos os servidores. Também impede que o valor do abono seja reduzido ou extinto.



Emenda nº 50/2019 – Capitalização

Autor: Professor Israel Batista (PV-DF)

Impede a implantação do regime de capitalização.

Resumo: Mantém o regime de repartição (solidário) da Previdência. O objetivo é garantir que a sociedade se comprometa com a aposentadoria de cada um, sem deixar o encargo somente ao indivíduo, que nem sempre tem condições de assegurar sua própria aposentadoria.

Emenda nº 51/2019 – Alíquotas ordinárias e extraordinária

Autor: Lincoln Portela (PR-MG)

Impede a majoração de alíquotas e o confisco salarial.

Resumo: Mantém o atual sistema, sem progressividade nas alíquotas e sem contribuição extraordinária. O objetivo é impedir que o servidor seja onerado em sua contribuição previdenciária de maneira injusta e sem a contrapartida proporcional do Ente Público.

Emenda nº 52/2019 – Transição regime próprio pedágio de 17% sobre tempo contribuição que faltar

Autor: Professor Israel Batista (PV-DF)

Estabelece “pedágio” sobre o tempo que faltar para aposentadoria até a promulgação da reforma.

Resumo: Permite que servidores e professores se aposentem com as regras atuais, pagando um pedágio de 17% sobre o tempo que faltar para a aposentadoria, nos moldes propostos aos militares. O objetivo é garantir uma transição razoável aos servidores públicos.

Emenda nº 53/2019 – Migração para o RPC

Autor: Professor Israel Batista (PV-DF)

Prorroga o prazo para a migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC).

Resumo: Possibilita ao servidor, após as mudanças das regras, fazer opção consciente em um prazo de seis meses sobre a adesão ao RPC. O objetivo é permitir que o servidor possa tomar sua decisão a partir de um estudo aprofundado das implicações dessa escolha.

Emenda nº 54/2019 – Diversidade da base de financiamento/Outra forma de proteção

Autor: Professor Israel Batista (PV-DF)

Preserva as fontes de financiamento do Sistema de Seguridade e, assim, a higidez do sistema.

Resumo: Mantém o atual modelo de financiamento, isto é, feito por toda a sociedade e com receitas oriundas de diversas fontes, como alguns tributos (PIS e Cofins). O objetivo é manter a sustentabilidade de todo o Sistema de Seguridade.